



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ÍNDICE

Mensagem da administração.....	3
Relatório de desempenho.....	5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	11
Balanco Patrimonial.....	16
Demonstração do resultado do exercício.....	18
Demonstração do resultado abrangente.....	19
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	20
Demonstração do fluxo de caixa	21
Demonstração do valor adicionado.....	22
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras.....	23

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensagem da Administração

O ano de 2023 foi muito desafiador para a companhia, contudo encerramos o exercício satisfeitos com os resultados alcançados e reafirmando nossa estratégia de reestruturação iniciada em anos anteriores, pois conseguimos concluir vários projetos e mantivemos nossa estabilidade, crescimento e preservação financeira.

Num ano marcado pela estabilidade produtiva tivemos aumento expressivo na Receita Líquida consolidada, se comparado ao ano anterior. Além disso, destacamos a impecável manutenção da adimplência da companhia com suas obrigações e a pontualidade nos pagamentos da Recuperação Judicial.

Não menos importante enfatizar a conclusão do nosso pedido de adesão à Transação Tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), obtendo uma anistia de aproximadamente 88%, representando em redução do passivo fiscal no valor de R\$ 187 milhões, assegurando agora nossa regularidade em todos os âmbitos fiscais, com total regularidade fiscal, o qual detalharemos a seguir.

Embora um ano mais estável no mercado de papel e embalagens, operacionalmente, tivemos uma evolução na nossa cadeia produtiva, com um aumento na produção de papel, redução de custos operacionais, direcionamento para maior verticalização da produção de caixas, com isso uma maior agregação das receitas do segmento de ondulados.

Esse direcionamento estratégico nos trouxe um incremento significativo de 125,45% nas vendas de caixas em comparação ao exercício de 2022, evidenciando nossa ênfase em produtos de maior valor agregado. Relevante ainda que o volume de vendas na linha de sacaria manteve-se estável, mesmo em um ano onde encontramos altos volumes de estoques em clientes e maior competitividade do mercado de sacos valvulados.

Com ênfase e êxito nessa mudança estratégica, conseguimos atingir um crescimento de aproximadamente 10% nas vendas em relação ao ano anterior, fato importante e relevante diante de um cenário mais competitivo que enfrentamos.

Conforme divulgado em Fato Relevante em 04/10/2023, concluímos com êxito a Transação Tributária com a PGFN, resultando em uma redução significativa do passivo tributário da companhia. Essa negociação não apenas alinhou nossos compromissos de pagamento com nossa capacidade financeira, mas também teve um impacto significativo em nosso resultado não operacional, contribuindo para um aumento expressivo de 1.315% no Resultado Líquido em comparação a 2022, e uma redução de 143% no Patrimônio Líquido (Descoberto) da Companhia.

A regularidade das certidões obtidas junto aos órgãos federal, estadual, municipal e FGTS nos posiciona favoravelmente para acessar crédito financeiro, possibilitando investimentos de longo prazo e fortalecendo ainda mais nossa saúde financeira.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o exercício de 2024, além das definições estratégicas de crescimento, um dos nossos principais objetivos está em obter a baixa da Recuperação Judicial perante o juízo competente. Essa conquista não só melhora substancialmente a reputação da companhia perante os stakeholders, como também sinaliza uma nova fase de estabilidade e crescimento.

Acreditamos na evolução da companhia, com crescimento estável e mantemos nossa estratégia dos últimos anos, a qual vem refletindo para o crescimento contínuo da companhia, deste modo permanecemos comprometidos com todas as áreas da organização, sempre mantendo nossa transparência e buscando constantemente inovação para enfrentar os novos desafios, com isso seguimos com o aprimoramento da Governança e das práticas corporativas.

Com base nesses princípios, mantemos nossa confiança de que os objetivos estabelecidos para a companhia são alcançáveis, agregando ainda mais valor ao nosso negócio.

Conde – PB, 26 de março de 2024.

A Administração

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

A Diretoria da CONPEL Cia Nordestina de Papel, com atividades no segmento de fabricação de papeis reciclados, chapas e embalagens de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados, apresenta e submete para apreciação o Comentário de Desempenho e suas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

RESULTADO	31/12/2023	%	30/11/2023	%	31/10/2023	%	30/09/2023	%	31/08/2023	%	31/07/2023	%
<i>Vendas</i>	149.544		136.534		123.251		109.848		96.425		83.676	
<i>Outras Receitas</i>	567		537		490		420		390		341	
<i>(-) Impostos sobre Vendas</i>	(37.214)		(34.006)		(30.765)		(27.509)		(24.261)		(21.095)	
<i>(-) Devoluções e Abatimentos</i>	(2.342)		(2.031)		(1.671)		(1.439)		(1.145)		(1.083)	
Receita Operacional Líquida	110.556		101.034		91.304		81.319		71.409		61.839	
<i>(-) Custos do Produtos Vendidos</i>	(94.206)		(85.893)		(77.715)		(68.586)		(59.934)		(51.088)	
Lucro Bruto	16.349	14,79%	15.141	14,99%	13.589	14,88%	12.733	15,66%	11.475	16,07%	10.751	17,39%
<u><i>Despesas Operacionais</i></u>												
Com Vendas	(4.296)	3,89%	(3.932)	3,89%	(3.532)	3,87%	(3.130)	3,85%	(2.733)	3,83%	(2.360)	3,82%
Gerais e Administrativas	(6.627)	5,99%	(10.000)	9,90%	(8.910)	9,76%	(7.745)	9,52%	(6.911)	9,68%	(5.914)	9,56%
Outras Receitas e Despesas	18.808	17,01%	17.680	17,50%	16.341	17,90%	15.189	18,68%	13.760	19,27%	12.022	19,44%
Resultado antes das Rec.e Desp. Financeiras	24.235	21,92%	18.889	18,70%	17.488	19,15%	17.048	20,96%	15.591	21,83%	14.499	23,45%
<u><i>Resultado Financeiro</i></u>												
Receitas Financeiras	130.467	118,01%	130.465	129,13%	130.465	142,89%	129.474	159,22%	0	0,00%	0	0,00%
Despesas Financeiras	(17.481)	15,81%	(16.125)	15,96%	(15.444)	16,91%	(14.183)	17,44%	(13.636)	19,10%	(11.860)	19,18%
Resultado Financeiro Líquido	112.986	102,20%	114.340	113,17%	115.021	125,98%	115.290	141,78%	(13.636)	19,10%	(11.860)	19,18%
Resultado Antes do IR e CS	137.221	124,12%	133.229	131,87%	132.509	145,13%	132.338	162,74%	1.955	2,74%	2.640	4,27%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(717)	0,65%	(638)	0,63%	(442)	0,48%	(588)	0,72%	(337)	0,47%	(459)	0,74%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas	520	0,47%	478	0,47%	435	0,48%	392	0,48%	349	0,49%	305	0,49%
Resultado Líquido do Exercício	137.025	123,94%	133.069	131,71%	132.502	145,12%	132.142	162,50%	1.967	2,75%	2.486	4,02%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RESULTADO	30/06/2023	%	31/05/2023	%	30/04/2023	%	31/03/2023	%	28/02/2023	%	31/01/2023	%
<i>Vendas</i>	70.783		57.654		44.201		33.263		19.788		10.694	
<i>Outras Receitas</i>	325		189		142		80		52		38	
<i>(-) Impostos sobre Vendas</i>	(17.929)		(14.670)		(11.400)		(8.514)		(5.039)		(2.707)	
<i>(-) Devoluções e Abatimentos</i>	(984)		(850)		(586)		(543)		(488)		(344)	
Receita Operacional Líquida	52.196		42.324		32.356		24.285		14.313		7.682	
<i>(-) Custos do Produtos Vendidos</i>	(42.796)		(34.399)		(25.749)		(19.364)		(11.268)		(6.222)	
Lucro Bruto	9.400	18,01%	7.925	18,72%	6.607	20,42%	4.920	20,26%	3.045	21,27%	1.459	19,00%
<u><i>Despesas Operacionais</i></u>												
Com Vendas	(1.977)	3,79%	(1.611)	3,81%	(1.251)	3,87%	(903)	3,72%	(557)	3,89%	(268)	3,49%
Gerais e Administrativas	(5.037)	9,65%	(4.196)	9,91%	(3.198)	9,88%	(2.336)	9,62%	(1.432)	10,00%	(712)	9,27%
Outras Receitas e Despesas	10.037	19,23%	3.672	8,68%	1.927	5,96%	110	0,45%	1.782	12,45%	531	6,91%
Resultado antes das Rec.e Desp. Financeiras	12.423	23,80%	5.790	13,68%	4.085	12,63%	1.791	7,38%	2.838	19,83%	1.010	13,15%
<u><i>Resultado Financeiro</i></u>												
Receitas Financeiras	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Despesas Financeiras	(10.257)	19,65%	(8.621)	20,37%	(6.783)	20,96%	(5.461)	22,49%	(3.621)	25,30%	(1.794)	23,36%
Resultado Financeiro Líquido	(10.257)	19,65%	(8.621)	20,37%	(6.783)	20,96%	(5.461)	22,49%	(3.621)	25,30%	(1.794)	23,36%
Resultado Antes do IR e CS	2.167	4,15%	(2.831)	6,69%	(2.698)	8,34%	(3.669)	15,11%	(783)	5,47%	(784)	10,20%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(322)	0,62%	(237)	0,56%	(255)	0,79%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas	263	0,50%	219	0,52%	176	0,54%	132	0,55%	89	0,62%	43	0,56%
Resultado Líquido do Exercício	2.108	4,04%	(2.849)	6,73%	(2.777)	8,58%	(3.537)	14,57%	(694)	4,85%	(741)	9,65%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RESULTADO	31/12/2022	%	30/11/2022	%	31/10/2022	%	30/09/2022	%	31/08/2022	%	31/07/2022	%
<i>Vendas</i>	138.810		124.603		112.679		100.310		87.407		75.882	
<i>Outras Receitas</i>	661		524		507		502		478		447	
<i>(-) Impostos sobre Vendas</i>	(35.684)		(32.008)		(28.985)		(25.839)		(22.621)		(19.688)	
<i>(-) Devoluções e Abatimentos</i>	(2.392)		(2.283)		(2.025)		(1.910)		(1.540)		(1.314)	
Receita Operacional Líquida	101.396		90.836		82.177		73.062		63.724		55.327	
<i>(-) Custos do Produtos Vendidos</i>	(84.079)		(75.855)		(68.981)		(61.360)		(53.441)		(46.788)	
Lucro Bruto	17.317	17,08%	14.981	16,49%	13.195	16,06%	11.703	16,02%	10.284	16,14%	8.539	15,43%
<u><i>Despesas Operacionais</i></u>												
Com Vendas	(3.532)	3,48%	(3.213)	3,54%	(2.812)	3,42%	(2.514)	3,44%	(2.193)	3,44%	(1.879)	3,40%
Gerais e Administrativas	(9.318)	9,19%	(8.372)	9,22%	(7.595)	9,24%	(6.668)	9,13%	(5.982)	9,39%	(5.406)	9,77%
Outras Receitas e Despesas	6.176	6,09%	7.665	8,44%	7.076	8,61%	6.540	8,95%	6.122	9,61%	5.547	10,03%
Resultado antes das Rec.e Desp. Financeiras	10.643	10,50%	11.061	12,18%	9.865	12,00%	9.060	12,40%	8.232	12,92%	6.801	12,29%
<u><i>Resultado Financeiro</i></u>												
Receitas Financeiras	718	0,71%	(15)	0,02%	(15)	0,02%	(15)	0,02%	(15)	0,02%	(15)	0,03%
Despesas Financeiras	(23.168)	22,85%	(20.357)	22,41%	(17.606)	21,42%	(15.912)	21,78%	(13.472)	21,14%	(11.634)	21,03%
Resultado Financeiro Líquido	(22.450)	22,14%	(20.372)	22,43%	(17.621)	21,44%	(15.927)	21,80%	(13.487)	21,16%	(11.650)	21,06%
Resultado Antes do IR e CS	(11.806)	11,64%	(9.311)	10,25%	(7.757)	9,44%	(6.867)	9,40%	(5.255)	8,25%	(4.849)	8,76%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas	531	0,52%	487	0,54%	443	0,54%	400	0,55%	355	0,56%	311	0,56%
Resultado Líquido do Exercício	(11.276)	11,12%	(8.824)	9,71%	(7.314)	8,90%	(6.468)	8,85%	(4.900)	7,69%	(4.538)	8,20%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RESULTADO	30/06/2022	%	31/05/2022	%	30/04/2022	%	31/03/2022	%	28/02/2022	%	31/01/2022	%
<i>Vendas</i>	63.106		53.549		42.694		31.425		19.084		10.514	
<i>Outras Receitas</i>	347		135		134		119		65		5	
<i>(-) Impostos sobre Vendas</i>	(16.464)		(14.058)		(11.358)		(8.479)		(5.264)		(2.861)	
<i>(-) Devoluções e Abatimentos</i>	(1.256)		(1.135)		(627)		(363)		(188)		(93)	
Receita Operacional Líquida	45.734		38.490		30.843		22.702		13.697		7.565	
<i>(-) Custos do Produtos Vendidos</i>	(38.763)		(32.374)		(25.589)		(19.117)		(11.999)		(6.655)	
Lucro Bruto	6.971	15,24%	6.116	15,89%	5.254	17,03%	3.585	15,79%	1.697	12,39%	910	12,03%
<u><i>Despesas Operacionais</i></u>												
Com Vendas	(1.587)	3,47%	(1.272)	3,30%	(1.012)	3,28%	(733)	3,23%	(472)	3,45%	(234)	3,10%
Gerais e Administrativas	(4.359)	9,53%	(3.543)	9,21%	(2.725)	8,84%	(2.004)	8,83%	(1.346)	9,82%	(784)	10,36%
Outras Receitas e Despesas	4.790	10,47%	3.951	10,27%	2.430	7,88%	917	4,04%	723	5,28%	1.023	13,52%
Resultado antes das Rec.e Desp. Financeiras	5.815	12,71%	5.252	13,65%	3.948	12,80%	1.765	7,78%	602	4,39%	915	12,09%
<u><i>Resultado Financeiro</i></u>												
Receitas Financeiras	(16)	0,03%	(16)	0,04%	(16)	0,05%	(0)	0,00%	(0)	0,00%	(0)	0,00%
Despesas Financeiras	(8.956)	19,58%	(7.591)	19,72%	(5.548)	17,99%	(4.204)	18,52%	(2.978)	21,74%	(1.616)	21,36%
Resultado Financeiro Líquido	(8.972)	19,62%	(7.607)	19,76%	(5.564)	18,04%	(4.204)	18,52%	(2.978)	21,74%	(1.616)	21,36%
Resultado Antes do IR e CS	(3.156)	6,90%	(2.355)	6,12%	(1.616)	5,24%	(2.438)	10,74%	(2.376)	17,35%	(701)	9,26%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas	268	0,59%	224	0,58%	180	0,58%	135	0,59%	91	0,66%	44	0,58%
Resultado Líquido do Exercício	(2.888)	6,31%	(2.131)	5,54%	(1.436)	4,66%	(2.303)	10,15%	(2.285)	16,68%	(657)	8,68%

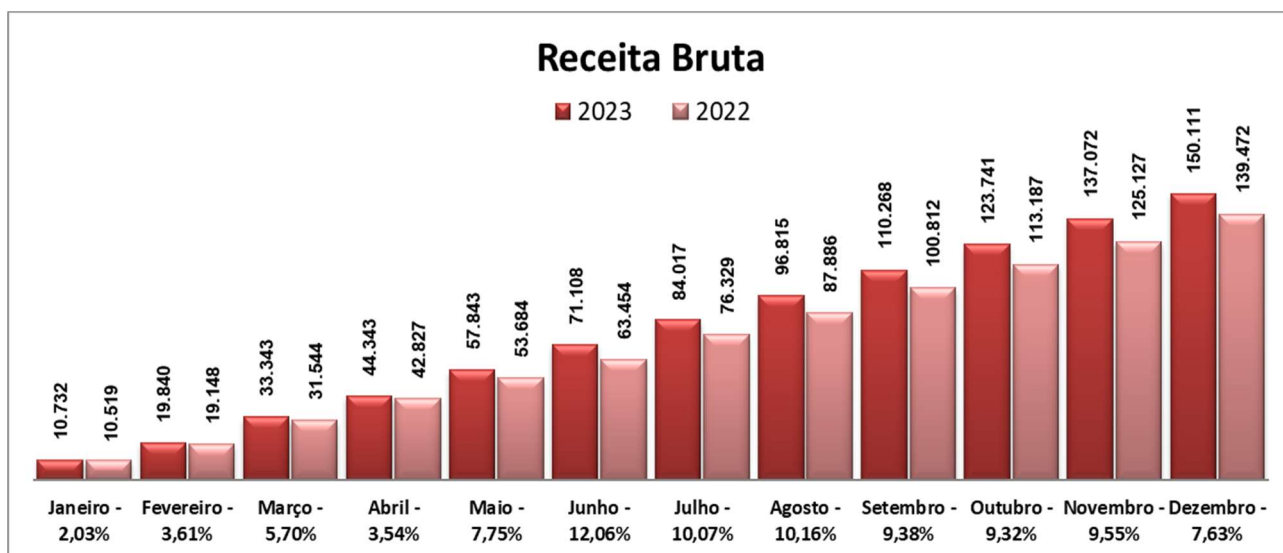
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2023

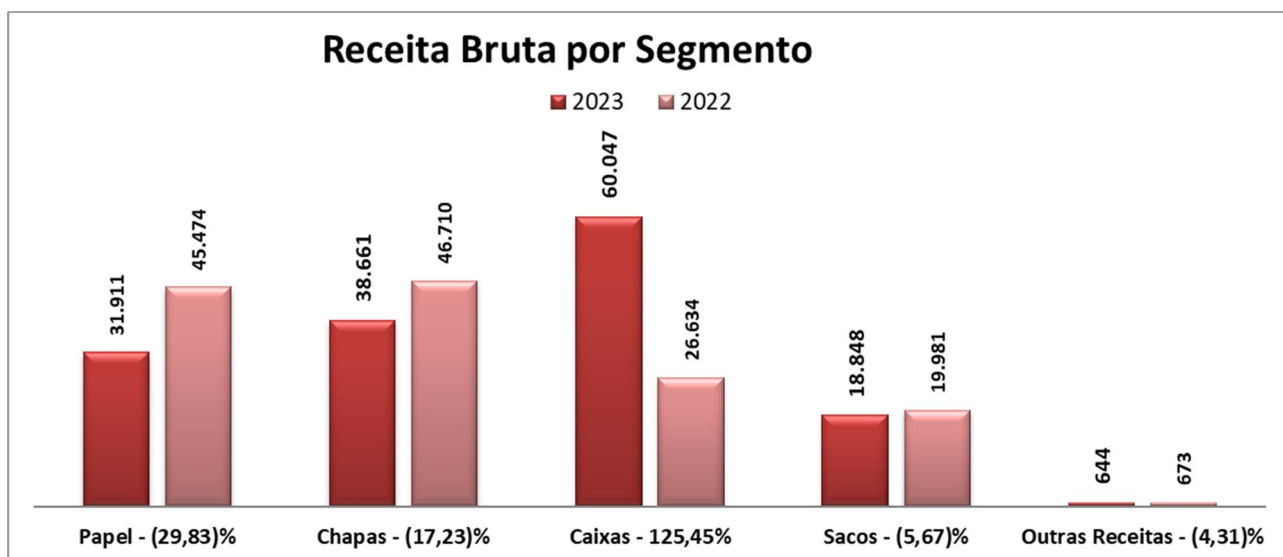
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta acumulada no exercício de 2023 apresentou aumento de 7,63% se comparada ao ano anterior, fato atribuído ao aumento do volume de produção e a prospecção e realização de venda para novos clientes.



No gráfico abaixo é demonstrado a participação de cada linha de produto sobre a Receita Operacional Bruta no exercício de 2023 e 2022.



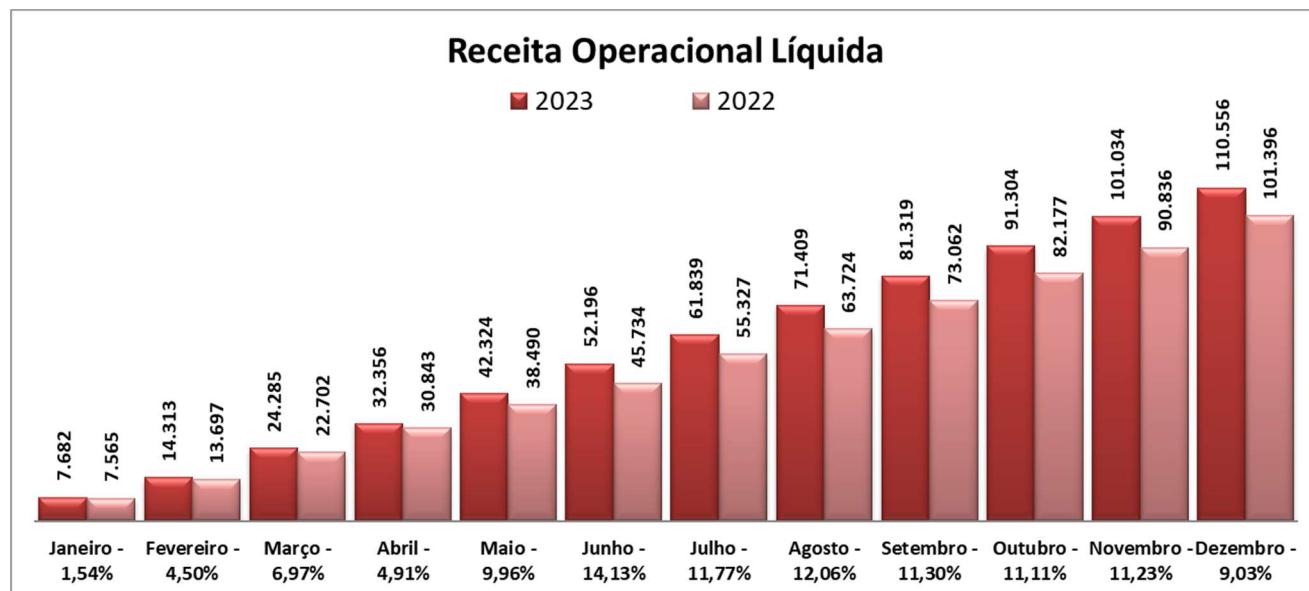
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receita Operacional Líquida (ROL)

A receita operacional líquida acumulada no exercício de 2023 demonstrou aumento de 9,03% em relação a 2022, fato relacionado ao aumento da demanda de nossos produtos.


Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

O custo dos produtos vendidos no exercício de 2023 apresentou aumento de 12,04% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Conde - PB, 31 de Dezembro de 2023.

A ADMINISTRAÇÃO



AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

Aos

Administradores e Acionistas da

CONPEL – Companhia Nordestina de Papel S.A. – Em Recuperação Judicial

Conde - Paraíba

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. - Em Recuperação Judicial (Companhia)**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2023, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. - Em Recuperação Judicial (Companhia)** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião com Ressalva

Incertezas Relacionadas com a Continuidade Operacional

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 570 – *Continuidade Operacional*, aprovada pela Resolução número 2016/NBCTA 570 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2023 as demonstrações financeiras apresentam resultado positivo de R\$ 137.025 mil, decorrente principalmente do deságio de saldos tributários anteriormente provisionados conforme nota explicativa 27, no valor de R\$ 130.464 mil resultado do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

A Companhia apresenta passivo descoberto no montante de R\$ 95.767 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 232.792 mil em 31 de dezembro de 2022). Na mesma data, a Companhia apresenta passivo circulante no montante de R\$ 45.920 mil, R\$ 9.761 mil superior ao seu ativo circulante.



AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia está em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, deferido pelo Poder Judiciário da Paraíba, Vara Única de Conde, em 18 de agosto de 2017 (Procedimento Comum (7) 0800411-61.2017.8.15.0441) que migrou, para a 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba na data de 06 de abril de 2020 conforme processo 0001217-89.2020.8.16.0185 e aguarda a emissão de certidões negativas conjunta da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para apresentação ao juízo que tramita a Recuperação Judicial, tendo sido homologada em 24 de março de 2022 conforme item 32 da decisão.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria de demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base Para Opinião Com Ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo, são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Como o Assunto foi Conduzido em Nossa Auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão das projeções de obtenção de caixa e dos resultados esperados nas negociações em andamento, a serem concretizados em futuro próximo. Parte desses objetivos encontra-se relatado no Relatório da Administração. Buscamos, também, avaliar o possível sucesso na reintegração da Companhia em processo especial de parcelamento de suas dívidas tributárias e sociais, com significativa redução de seu montante. Essa questão é extremamente relevante para alcançar os objetivos estabelecidos. No decorrer do exercício, bem como depois de apresentadas as demonstrações contábeis para nossos exames, mantivemos contato com os responsáveis da Administração. O resultado destes nossos procedimentos de auditoria sobre as projeções e concretização dos objetivos estabelecidos mostrou que os mesmos, dependem de fatores que não são totalmente controlados pela Administração.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia,



AUDITORES INDEPENDENTES

e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações

financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09. Essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essa demonstração financeira.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.



AUDITORES INDEPENDENTES

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2024.

ALPHA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-PR n.º 004687/O-6-S/PB

Vera Lucia Machado
Contador CRC-PR n.º 025266/O-9-S/PB



CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	790	2.342
Contas a Receber de Clientes	7	16.153	37.552
Estoques	8	11.356	9.097
Adiantamento a Fornecedores	9	5.763	7.313
Impostos a Recuperar	10	1.999	2.632
Despesas do Exercício Seguinte		98	101
Total do Ativo Circulante		36.159	59.037
NÃO-CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a Recuperar	10	155	65
Empresas Ligadas	12	1.704	2.424
Outros Créditos	11	1.140	1.060
Total do Realizável a Longo Prazo		2.999	3.550
Imobilizado	13	55.311	57.054
Total do Ativo Não-Circulante		58.310	60.604
TOTAL DO ATIVO		94.469	119.641

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	19.586	33.024
Empréstimos e Financiamentos	16	11.211	10.252
Obrigações Sociais	17	9.965	44.553
Obrigações Tributárias	18	3.924	182.736
Adiantamento de Clientes	19	977	2.830
Outras Obrigações		257	563
Total do Passivo Circulante		45.920	273.957
NÃO-CIRCULANTE			
Fornecedores	15	5.646	17.101
Empréstimos e Financiamentos	16	1.772	-
Obrigações Tributárias	18	28.278	26.416
Empresas Ligadas	12	92.033	17.254
Impostos Diferidos	20	16.586	17.106
Outras Obrigações		-	600
Total do Passivo Não-Circulante		144.315	78.476
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	22		
Capital Social		22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial		28.159	29.245
Prejuízos Acumulados		(146.265)	(284.375)
Total do Patrimônio Líquido		(95.767)	(232.792)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		94.469	119.641

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

RESULTADO POR FUNÇÃO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<i>Vendas</i>		149.544	138.810
<i>Outras Receitas</i>		567	661
<i>(-) Impostos sobre Vendas</i>		(37.214)	(35.684)
<i>(-) Devoluções e Abatimentos</i>		(2.342)	(2.392)
Receita Operacional Líquida	23	110.556	101.396
<i>(-) Custos do Produtos Vendidos</i>		(94.206)	(84.079)
Lucro Bruto		16.349	17.317
<u><i>Despesas Operacionais</i></u>			
Com Vendas	24	(4.296)	(3.532)
Gerais e Administrativas	25	(6.627)	(9.318)
Outras Receitas e Despesas	26	18.809	6.176
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		24.235	10.643
<u><i>Resultado Financeiro</i></u>	27		
Receitas Financeiras		130.467	718
Despesas Financeiras		(17.481)	(23.168)
Resultado Financeiro Líquido		112.986	(22.450)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		137.222	(11.806)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(717)	-
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas		520	531
Resultado Líquido do Exercício		137.025	(11.276)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	137.025	(11.276)
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>137.025</u>	<u>(11.276)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de Dezembro de 2022	22.338	(284.375)	29.245	(232.792)
Resultado do Período	-	(741)	-	(741)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	90	(90)	-
Em 31 de Janeiro de 2023	22.338	(285.026)	29.154	(233.533)
Resultado do Período	-	47	-	47
(-) Realização do Custo Atribuído	-	90	(90)	-
Em 28 de Fevereiro de 2023	22.338	(284.889)	29.063	(233.486)
Resultado do Período	-	(2.843)	-	(2.843)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	90	(90)	-
Em 31 de Março de 2023	22.338	(287.640)	28.973	(236.329)
Resultado do Período	-	759	-	759
(-) Realização do Custo Atribuído	-	90	(90)	-
Em 30 de Abril de 2023	22.338	(286.791)	28.883	(235.570)
Resultado do Período	-	(71)	-	(71)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	90	(90)	-
Em 31 de Maio de 2023	22.338	(286.771)	28.792	(235.641)
Resultado do Período	-	4.957	-	4.957
(-) Realização do Custo Atribuído	-	77	(77)	-
Em 30 de Junho de 2023	22.338	(281.737)	28.715	(230.684)
Resultado do Período	-	378	-	378
(-) Realização do Custo Atribuído	-	104	(104)	-
Em 31 de Julho de 2023	22.338	(281.255)	28.611	(230.306)
Resultado do Período	-	(519)	-	(519)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	90	(90)	-
Em 31 de Agosto de 2023	22.338	(281.684)	28.521	(230.825)
Resultado do Período	-	130.175	-	130.175
(-) Realização do Custo Atribuído	-	90	(90)	-
Em 30 de Setembro de 2023	22.338	(151.419)	28.430	(100.650)
Resultado do Período	-	359	-	359
(-) Realização do Custo Atribuído	-	90	(90)	-
Em 31 de Outubro de 2023	22.338	(150.969)	28.340	(100.291)
Resultado do Período	-	567	-	567
(-) Realização do Custo Atribuído	-	90	(90)	-
Em 30 de Novembro de 2023	22.338	(150.311)	28.249	(99.724)
Resultado do Período	-	3.957	-	3.957
(-) Realização do Custo Atribuído	-	90	(90)	-
Em 31 de Dezembro de 2023	22.338	(146.264)	28.159	(95.767)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	137.025	(11.276)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	2.362	2.350
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	(937)	3.579
Juros Provisionados	823	538
Incentivos Fiscais Recebidos	(8.338)	(6.379)
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	(524)	(531)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	130.412	(11.718)
Clientes	22.336	(27.700)
Estoques	(2.258)	(2.647)
Impostos a Recuperar	(279)	(2.866)
Despesas antecipadas	3	(101)
Outros Créditos	1.470	(2.855)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	21.272	(36.169)
Fornecedores	(24.892)	24.889
Obrigações Sociais e Tributárias	(201.744)	21.870
Adiantamento de Clientes	(1.853)	2.053
Outras Obrigações	(306)	(143)
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	(228.795)	48.670
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(77.111)	782
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(1.707)	(847)
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	75.500	(1.385)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	73.793	(2.232)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	120.218	82.756
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(118.451)	(81.220)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	1.767	1.536
(REDUÇÃO)AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.552)	86
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	2.342	2.256
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	790	2.342

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
RECEITAS		
Venda dos Produtos	147.769	137.080
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	520	531
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	937	(3.579)
Perdas Não operacionais	9.535	3.377
Incentivos Fiscais Recebidos	8.337	6.379
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(51.784)	(42.884)
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(34.198)	(33.142)
VALOR ADICIONADO BRUTO	81.116	67.761
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(2.362)	(2.350)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	78.753	65.411
VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERENCIA		
Receitas Financeiras	130.468	718
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	209.221	66.129
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	209.221	66.129
<i>Pessoal</i>		
Remuneração Direta	7.989	10.962
Benefícios	2.857	2.687
FGTS	969	859
Federais	22.177	21.108
Estaduais	19.833	17.938
Municipais	216	135
Juros	17.482	23.168
Aluguéis	675	547
<i>Remuneração de capitais Próprios</i>		
Resultado do Exercício	137.025	(11.276)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma empresa com capital aberto e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2531000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

Em 2023 a Companhia manteve o processo de reestruturação das suas atividades operacionais, com o objetivo de se adequar a realidade atual do mercado e a realidade da Companhia, superando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, buscando aumento das margens operacionais.

Neste contexto a administração promoveu várias alterações nos seus procedimentos de controle, buscou aumento de preços, alteração de prazos e promoveu uma grande alteração nos seus quadros de colaboradores, focando no aumento da carteira de clientes e almejando a potencialização da receita operacional.

Com a homologação do plano de recuperação judicial, em 24 de março de 2022, pela juíza da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, iniciou-se a quitação de débitos junto aos credores, assim foram adequadas as provisões contábeis, e segregados os saldos inscritos no plano.

Em setembro de 2023 o grupo empresarial do qual a Conpel pertence concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa Cia de Papel e Celulose do Paraná englobando os débitos tributários de várias empresas do grupo, inclusive da Conpel, desta forma os saldos provisionados foram baixados gerando benefício com o deságio. Estes registros e impactos podem ser vistos nestas demonstrações financeiras.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo:

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.



2.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

c) Passivos financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

d) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.



Em 31 de Dezembro de 2023, a Companhia possuía Contas a Pagar a Fornecedores nessa classificação, conforme nota explicativa nº 15.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/Perdas Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 Impairment de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;



- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

-mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;

-condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.



31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

2.4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

2.5 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

2.6 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são



reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.7 ATIVO INTANGÍVEL

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser

justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.8 REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.



2.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.



Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.10 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.



2.13 RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado é apurado pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. Esta é reconhecida quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- (iii) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades; - receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo o mesmo critério obedecido para as despesas contábeis; - os custos dos produtos vendidos foram reconhecidos no mesmo período que a respectiva receita; - as despesas operacionais constituem-se das despesas incorridas para vender os produtos e serviços e administrar.

2.14 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

3 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.



3.1.2 Fatores de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de venda aos seus clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco da taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.



e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa

3.2 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Empresa deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

4 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos e saldos com fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Empresa são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de Dezembro de 2023 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 85% a 95% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).



31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

ATIVOS FINANCEIROS	dez/23	dez/22
Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	790	2.342
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	16.153	37.552
Depósitos judiciais	1.140	1.060
Total Ativos Financeiros	18.083	40.954
PASSIVOS FINANCEIROS		
Fornecedores	25.232	50.125
Empréstimos e Financiamentos	12.982	10.252
Total passivo Financeiro	38.214	60.377

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	dez/23	dez/22
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	790	2.342
Total de Caixa e Equivalentes	790	2.342

São constituídos pelos saldos de bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

7 CONTAS A RECEBER

	dez/23	dez/22
Contas a Receber de Clientes	22.163	44.496
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(6.010)	(6.944)
Total de Contas a Receber	16.153	37.552

Aging List das contas a receber de clientes

Vencidos	13.754	36.101
A vencer em até 120 dias	8.409	8.395
Total	22.163	44.496

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

**8 ESTOQUES**

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Produtos acabados	3.590	2.544
Matérias primas	4.809	4.586
Materiais Secundarios	856	592
Outros materiais	1.790	1.080
Operações com Terceiros	(425)	(441)
Material recebido para industrialização	736	736
Total de Estoques	11.356	9.097

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2023 os estoques estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontram-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo.

9 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Adiantamento Fornecedores Nacionais	5.763	7.313
Total de Adiantamentos a Fornecedores	5.763	7.313

10 IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Saldo Negativo IRPJ/CSLL	-	9
ICMS sobre ativo imobilizado	30	22
Adiantamento para Parcelamento (REFIS)	183	291
ICMS Aparas	1.786	2.310
Impostos a Recuperar Circulante	1.999	2.632
Icms sobre ativo imobilizado	155	65
Impostos a Recuperar Não Circulante	155	65

**11 OUTROS CRÉDITOS**

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	1.140	1.060
Total não Circulante	1.140	1.060

12 PARTES RELACIONADAS

ATIVO	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Mútuo		
EKN Administração e Participações	1.342	1.174
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	362	1.250
Total Ativo não Circulante	1.704	2.424
PASSIVO		
Mútuo		
Cocelpa Cia de Celulose e Papel (*)	80.561	5.584
Compet Agro Florestal	2.598	2.598
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	540	738
Antonio de Pauli	8.334	8.334
Total Passivo não Circulante	92.033	17.254

(*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa englobando os débitos tributários de varias empresas do grupo, inclusive da Conpel desta forma estes saldos estão demonstrados nesta conta.

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado



31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 IMOBILIZADO

	Terrenos	Edific. e Benf.	Maquinas e Equip.	Instal.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
Em 31 Dezembro de 2022									
Custo	7.002	32.155	75.005	4.385	814	31	729	370	120.491
Deprec. Acumulada	-	(15.398)	(39.003)	(4.350)	(650)	(31)	(538)	-	(59.970)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	1.261	(3.466)
Valor líquido contábil	6.532	16.004	32.567	-	137	-	182	1.631	57.054
Adições	-	-	787	-	58	-	16	-	861
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(790)	(1.723)	-	(36)	-	(56)	-	(2.605)
Saldo Final	-	(790)	- 936	-	22	-	(40)	-	(1.744)
Em 31 Dezembro de 2023									
Custo	7.002	32.155	75.792	4.385	872	31	745	370	121.352
Deprec. Acumulada	-	(16.188)	(40.726)	(4.350)	(686)	(31)	(594)	-	(62.575)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	1.261	(3.466)
Valor líquido contábil	6.532	15.214	31.631	-	159	-	142	1.631	55.311

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

14 RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como impairment, a Companhia procedeu aos testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, em 2017 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso” atestado pelo Laudo nº0175/2017, feito pela empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda, inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, a qual o mesma atesta que o Valor Justo de Mercado dos bens avaliados é de R\$ 69.715.073,15, não havendo provisão de perdas (Impairment) no exercício de 2017.



31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 FORNECEDORES

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Contas a Pagar a Fornecedores	17.706	29.948
Contas a pagar a fornecedores - Recuperação Judicial *	1.880	3.076
Total de Contas a Pagar CP	19.586	33.024

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Contas a Pagar a Fornecedores LP	-	10.800
Contas a pagar a fornecedores - Recuperação Judicial LP *	5.646	6.301
Total de Contas a Pagar LP	5.646	17.101

Aging List das Contas a Pagar

Vencidos	7.894	23.294
A vencer em até 3 meses	3.580	7.927
A vencer entre 3 e 6 meses	783	875
A vencer de 6 meses a 1 ano	1.552	928
A vencer acima de 1 ano	11.423	17.101
Total	25.232	50.125

* Com a homologação do plano de recuperação judicial, em 24 de março de 2022, pela juíza da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, iniciou-se a quitação de débitos junto a fornecedores, assim foram adequadas as provisões, e segregados os saldos inscritos no plano.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Financiamentos	5.679	6.857
Duplicatas Descontadas	5.532	3.395
Total Empréstimos e Financiamentos CP	11.211	10.252

Financiamentos	1.772	-
Total Empréstimos e Financiamentos LP	1.772	-

Vencimentos

Em até um ano	11.211	10.252
Acima de um ano	1.772	-
	12.983	10.252

Devido à dificuldade de capital de giro que ainda persiste, uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos.

**17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

	dez/23	dez/22
Salários a Pagar	1.223	1.140
INSS (*)	969	25.798
FGTS	3.189	6.133
IRRF Funcionários (*)	72	2.721
Provisões e Encargos	2.332	1.688
Provisão Indenizações	1.648	6.281
Parcelamentos Previdenciários	530	790
Contribuição Sindical	2	2
Total	9.965	44.553

(*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa englobando os débitos tributários de varias empresas do grupo, inclusive da Conpel desta forma saldos provisionados foram baixados gerando beneficio com o deságio.



31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Circulante	dez/23	dez/22
ICMS (i)	580	458
PIS (*)	67	7.596
COFINS (*)	311	36.474
IPÍ (*)	532	124.929
INSS S/ FATURAMENTO (*)	-	5.583
IRRF	9	4
IRPJ (*)	57	1.038
CSLL (*)	22	609
Multas Infrações CLT (*)	-	1.494
ISS	6	6
INSS Retido Fonte (*)	-	40
PIS/COFINS/CSLL (*)	27	420
ICMS Diferencial de Alíquota	40	38
Parcelamento Federal	952	305
Parcelamento Municipal	28	55
Parcelamento Estadual	1.293	3.687
Total Circulante	3.924	182.736
Não Circulante		
Parcelamento Federal	578	333
Parcelamento Municipal	-	333
Parcelamento Estadual	27.700	25.750
Total não Circulante	28.278	26.416

(*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa englobando os débitos tributários de varias empresas do grupo, inclusive da Conpel desta forma saldos provisionados foram baixados gerando benefício com o deságio.

(i) No final do exercício de 2023 a companhia havia se beneficiado de R\$ 8.338 do FAIN (crédito presumido de ICMS) incentivo fiscal do governo da Paraíba. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.

**19 ADIANTAMENTO DE CLIENTES**

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Cientes Diversos	977	2.830
Total	977	2.830

20 IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Custo Atribuído	42.665	44.310
Vida Útil	6.116	6.000
IRPJ Diferido (25%)	12.195	12.578
CSLL Diferida (9%)	4.390	4.528
Total	16.586	17.106

21 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Remuneração de Diretores	220	156
Total	220	156

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Prejuízo Exercício Anteriores	(284.375)	(274.186)
Lucro ou Prejuízo do Período	137.025	(11.276)
Ajustes exercicios anteriores	1.086	1.088
Prejuízos Acumulados	(146.264)	(284.375)
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	28.159	29.245
Total do Patrimonio Liquido	(95.767)	(232.792)



Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

Acionista	Espécie/Classe	Qtd	Capital Subscrito	Votante
EKN - Embalag.Kraft NE Ltda.	Ações Ordinárias	17.378	21.420.235,00	95,89%
Outros minoritários	Ações Ordinárias	744	918.106,00	4,11%
TOTAL		18.122	22.338.341,00	100,00%

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	dez/23	dez/22
Papel	31.911	45.474
Chapa de papelão	38.661	46.710
Caixas	60.047	26.634
Sacos	18.848	19.981
Outras Receitas	644	673
Total Mercado Interno	150.111	139.472
(-) Impostos sobre Vendas	(37.214)	(35.684)
(-) Devoluções e Abatimentos	(2.341)	(2.392)
Receita Líquida	110.556	101.396

24 DESPESAS COM VENDAS

	dez/23	dez/22
Fretes	(3.055)	(2.423)
Comissões	(1.241)	(1.109)
Total	(4.296)	(3.532)

**25 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Honorários, salários, encargos e benefícios	(2.743)	(4.077)
Serviços, Aluguéis	(471)	(610)
Energia, Água e Comunicações	(1.999)	(2.954)
Materiais de Consumo	(1.093)	(1.270)
Impostos Taxas e Contribuições	(115)	(95)
Gastos Gerais	(206)	(312)
Total	(6.627)	(9.318)

26 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIN	8.338	6.379
Outras Receitas	9.531	3.377
Total Outras Receitas	17.872	9.756
(-) Outras Despesas		
Prov. Perdas Recebimento de Credito	937	(3.580)
Total Outras Despesas	937	(3.580)
Total	18.809	6.176

**27 RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
(+) Receitas Financeiras		
Juros s/ Aplicações Financeiras	1	1
Descontos Obtidos	2	(16)
Deságio - Transação Tributária Individual (*)	130.464	733
Total Receitas Financeiras	130.467	718
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(2.995)	(2.468)
Juros Mora Passivos	(217)	(331)
Juros s/ de Tributo	(8)	(353)
Multas s/ de Tributo	-	-
Juros Tributos Parcelados	(13.585)	(19.324)
Descontos Concedidos	-	(53)
Despesas Bancárias	(604)	(430)
Outras Despesas Financeiras	(72)	(209)
Total Despesas Financeiras	(17.481)	(23.168)
Total Resultado Financeiro Líquido	112.986	(22.450)

(*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial do qual a Conpel pertence concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa Cia de Papel e Celulose do Paraná englobando os débitos tributários de várias empresas do grupo. Inclusive da Conpel, desta forma saldos provisionados foram baixados gerando benefício com o deságio.

28 DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Natureza		
Depreciação e Amortização	(2.362)	(2.350)
Despesas com Pessoal	(11.815)	(14.508)
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	(51.784)	(42.884)
Serviços de Terceiros	(34.198)	(33.142)
Outras Despesas Operacionais	(4.033)	(7.625)
Total	(104.192)	(100.509)
Função		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(94.206)	(84.079)
Despesas com Vendas	(4.296)	(3.532)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.627)	(9.318)
Outras Despesas Operacionais	937	(3.580)
Total	(104.192)	(100.509)

**29 LAJIDA (EBITDA)**

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

LAJIDA (EBITDA)	dez/23	dez/22
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	137.025	(11.276)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	197	(531)
(+) Despesas Financeiras	17.481	23.168
(-) Receitas Financeiras	(130.467)	(718)
RESULTADO ANTES DOS JUROS E DO IMPOSTO DE RENDA	24.236	10.643
(+) Depreciação e Amortização	2.362	2.350
RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE RENDA, DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)	26.598	12.993

Conde (PB), 31 de dezembro de 2023.

Cristiano Ciriaco Delgado
Diretor Presidente

Luiz Cancelier
Diretor Adm. e Relação com Investidores

Aécio Rodrigo Antunes
Contador
CRC PR 0557341/O-3

* * * *